



MISES: Interdisciplinary Journal of  
Philosophy, Law and Economics

Disponível em [www.misesjournal.org.br](http://www.misesjournal.org.br)  
MISES: Interdiscip. J. of Philos. Law and Econ, São Paulo, 2018; 6 (2)  
e-ISSN 2594-9187

Resenha de Livros



## Intervencionismo: A receita para o caos

Lucas Magalhães Mantovani César<sup>1</sup>

MISES, Ludwig von. *Caos Planejado: Intervencionismo, Socialismo, Fascismo e Nazismo*. São Paulo: LVM, 2017. 304 p.

O século XX foi enredado por ditaduras sangrentas e grandes guerras mundiais marcadas pela presença de três “ismos”: socialismo, fascismo e nazismo. Curiosamente, apenas os dois últimos sistemas são majoritariamente rejeitados no imaginário coletivo, enquanto o primeiro é alçado como o mais perfeito dos mundos, uma verdadeira panaceia para os males que o capitalismo trouxe à humanidade.

Sob a fumaça da ideologia, grande parte dos professores de História em escolas e universidades do Brasil desconhecem que a base desses três sistemas é a mesma mentalidade intervencionista. Ao contrário deles, o economista austríaco Ludwig Von Mises falou com propriedade a respeito do grande mal no qual radica todo o autoritarismo característico dos nossos tempos, o que torna sua obra atemporal e perfeitamente aplicável no contexto em que nos situamos, principalmente na América Latina.

Já nas folhas introdutórias de seu livro *Caos Planejado* (1947), Mises deixa claro que “a marca característica desta era de ditadores, guerras e revoluções é seu viés anticapitalista” (p. 94). Por mais obscuro que isso possa parecer, a mentalidade anticapitalista característica das grandes ditaduras do século XX ainda ronda as democracias modernas.

Todos culpam o capitalismo pelas mazelas da sociedade. O livre mercado capitalista, não obstante, demonstra ser o sistema econômico mais viável e benéfico à população, principalmente para a massa. Com métodos de produção aperfeiçoados, a expansão das trocas

<sup>1</sup> Graduado em Direito pela Universidade Paulista; Advogado com experiência profissional e acadêmica em demandas contenciosas e consultivas do Direito do Trabalho, para empregados e empregadores; Associado ao Instituto de Estudos Avançados em Direito (IEAD); Membro do Núcleo de Direito do Trabalho, Direito Empresarial e de Gestão Legal do IEAD; Membro do Clube Bastiat. [lucas@brasilesilveira.adv.br](mailto:lucas@brasilesilveira.adv.br)

voluntárias permitiu, junto à concorrência, que os consumidores conseguissem ter acesso a produtos cada vez melhores e mais baratos.

O autor faz um alerta, logo nas observações introdutórias, de que quase “não há controvérsias quanto ao dogma segundo o qual o Estado ou o governo é a materialização de tudo que é bom e benéfico” (p. 97). O livro foi escrito entre a primeira e a segunda metade do século XX e, ainda assim, tais palavras nunca foram tão atuais.

Mas antes de apontar qual é a receita para o caos, Mises faz um panorama histórico sem precedentes, buscando em cada um dos principais sistemas autoritários do século XX a raiz do pensamento que os norteou.

O segundo capítulo do livro tem como título “o caráter ditatorial, antidemocrático e socialista do intervencionismo”, o qual já nos dá uma ideia das raízes em comum existentes entre o socialismo, fascismo e nazismo, temas dos capítulos seguintes.

Ainda este segundo capítulo, que funciona como uma chave hermenêutica para compreensão de todos os demais capítulos do livro, demonstra cabalmente que todo e qualquer intervencionismo é autoritário, antidemocrático e tende a se tornar no Estado socialista por excelência.

No último século, o Estado Democrático de Direito foi substituído pelo Estado de Bem Estar Social, no qual o governante tem todas as prerrogativas e poderes para promover o bem comum. Nesse sistema idealizado, as intervenções não são tão presentes a ponto de se falar em um estado socialista, nem ausentes a ponto de se vislumbrar um ambiente de livre mercado.

Os interlocutores dessa “terceira via” ignoram que qualquer intervenção no mercado, por mínima que seja, causa efeitos que, na maioria das vezes, não são desejados pelos agentes planejadores. Um exemplo dado por Mises que merece destaque é o seguinte:

Se o governo quer possibilitar que pais pobres deem mais leite aos filhos, tem de comprar leite a preço de mercado e vendê-lo aos pobres com perda a preços mais baratos; a perda pode ser coberta a partir dos recursos recolhidos pela tributação. No entanto, se o governo simplesmente fixar o preço do leite a um preço menor do que o preço do mercado, os resultados obtidos serão contrários aos objetivos do governo. Os produtores marginais, a fim de evitar perdas, deixarão a atividade de produção e venda do leite. Haverá menos leite disponível para os consumidores, e não mais. Este resultado é contrário às intenções do governo. O governo interferiu porque considerou o leite uma necessidade vital. Não era intenção de o governo restringir a sua oferta. (2017, p. 113-114)

Esse clássico exemplo aborda apenas os efeitos a partir de uma visão microeconômica. No aspecto macroeconômico os efeitos são ainda mais devastadores. A conclusão óbvia é a de que só é possível ter uma economia de mercado, livre das amarras do

Estado ou uma economia completamente planejada pelo governo. Qualquer terceira via que se proponha a aglutinar os dois sistemas está fadada à intervenção total dos meios de produção e, portanto, ao autoritarismo antidemocrático característico do fascismo e do nazismo.

Em outras palavras, “o programa desse intervencionismo autocontraditório é ditadura, sob a alegação de que torna as pessoas livres. Mas a liberdade de fazer as coisas ‘certas’, ou seja, as coisas que eles mesmos querem que sejam feitas” (p. 127).

O terceiro capítulo, por sua vez, dedica-se a destrinchar o caminho percorrido pela ideologia marxista até que se separassem os termos “comunismo” e “socialismo”. Mises narra que tal distinção decorria menos de uma preocupação com objetividade dos termos do que de um orgulho ideológico, resultando na seguinte fórmula:

O que Stalin chama “socialismo” corresponde em grande parte ao conceito do “primeiro estágio” do comunismo, segundo Karl Marx. Josef Stalin reserva o termo “comunismo” exclusivamente para o que Marx denominou “estágio superior” do comunismo. O socialismo, no sentido em que Stalin tem usado o termo recentemente, está se deslocando em direção ao comunismo, mas ainda não é, em si, o comunismo. (p. 148)

Mises introduz um dos grandes problemas que a Rússia Soviética enfrentou quanto à manutenção do status de transição rumo ao comunismo que justificaria a pobreza dos russos. Explica, de forma didática, que a esperança que mantinha o povo ao lado do governo soviético era de que o socialismo se transformaria em comunismo assim que o padrão de vida da massa russa se elevasse por meio dos métodos socialistas de produção.

O grande problema com o qual Stalin se deparou é que não somente o povo, mas a *intelligentsia* russa, começaram a perceber que o nível de vida das massas é muito mais alto nos países capitalistas do que na Rússia Soviética: “como pode ser isso? Por que as condições são muito mais propícias nos Estados Unidos da América – país que, embora mais importante na produção capitalista – tem os proletários mais atrasados na conscientização de classe?” (p. 163-164).

No ensejo, o quarto capítulo é dedicado a explicar ao leitor as razões que levaram a União Soviética a agir com tamanha violência e agressão. Ver os países que adotaram o sistema capitalista prosperarem e permitirem aos cidadãos uma melhoria significativa na qualidade de vida, enquanto os países que adotaram o sistema de organização econômica centralizada do socialismo/comunismo ficarem para trás na geração de riqueza para o seu povo é, no mínimo, angustiante para um governo ditatorial que se mantém sobre a promessa de um mundo melhor

O último parágrafo desse capítulo esboça a conclusão inevitável sobre o que levou os soviéticos a adotarem a violência como mecanismo de propagação do comunismo pelo mundo:

Esta é a verdadeira crise do marxismo russo. Cada dia que passa sem trazer a revolução mundial a agrava. Os soviéticos devem conquistar o mundo, caso contrário, estão ameaçados em seu próprio país por uma deserção da 'intelligentsia'. É a preocupação com o estado ideológico das mentes mais perspicazes da Rússia que empurra a Rússia de Stalin em direção à agressão implacável. (p. 164)

Mises não deixa escapar de sua narrativa uma figura emblemática do cenário soviético: Leon Trotsky. Sua história nos ensina que, “na realidade, o candidato que toma o poder ditatorial é aquele que consegue exterminar a tempo todos os seus rivais e apoiadores” (p. 166), o que fica evidente quando analisamos a disputa pessoal que Trotsky travou com Stalin e o seu fatal deslinde.

A mais relevante constatação de Mises esboçada no capítulo 5 é de que o conflito entre Trotsky e Stalin era entre dois homens e não entre duas ideias. Ao contrário, as ideias nas quais ambos se sustentavam eram as mesmas, e as premissas marxistas eram invocadas por ambos para justificar o regime por eles idealizado.

Stalin, contudo, foi muito mais eficiente em suas pretensões e métodos, reconhecendo que o *modus operandi* da revolução leninista havia fracassado e abrindo os horizontes da revolução comunista. Trotsky, por sua vez, via Stalin como um deturpador dos ideais marxistas, ignorando que os seus métodos – já aplicados, à época, por Lenin – culminariam na mesma Rússia Soviética de Stalin.

Em uma magistral conclusão a respeito desse embate, Mises afirma que:

A verdade é que Trotsky encontrou apenas um defeito em Stalin: o fato de que o ditador era Stalin e não ele, o próprio Trotsky. Na rivalidade entre eles, ambos tinham razão. Stalin estava certo ao afirmar que seu regime era a materialização de princípios socialistas. Trotsky tinha razão ao afirmar que o regime de Stalin tinha transformado a Rússia em um inferno. (p. 172)

A história de Trotsky e Stalin, narrada com clareza e aguçada crítica por Mises, reflete os traços da mentalidade intervencionista e ditatorial de todos que defendem a intervenção estatal para curar eventuais problemas criados pelo capitalismo: “ao solicitar planejamento, o que têm em mente é sempre o próprio plano, e não o plano dos outros” (p. 174).

Por esta razão existem variantes do modelo marxista, cada qual com suas características dominantes e com o mesmo pano de fundo: a socialização dos meios de produção e o controle público da produção e da distribuição. Mises ainda nos lembra que “a análise desses casos revela as causas psicológicas não só da popularidade do socialismo quando de sua inviabilidade” (p. 174).

O sexto capítulo tem profundo significado quando analisamos a realidade do Brasil após a promulgação da Constituição Federal de 1988. A busca do Estado de Bem Estar Social ganhou pressuposto constitucional e, ao mesmo tempo que “garantiu” uma série de direitos individuais e coletivos, conferiu ao Estado – e ao governante que estiver em seu mandato – o poder e as prerrogativas para realizar todas as coisas que considere benéficas ao bem comum.

É sem precedentes o paralelo traçado por Mises entre o Estado Democrático de Direito e o Estado de Bem-estar Social:

As leis estabelecem normas de ação legítima. Fixam os procedimentos necessários para a revogação ou alteração de leis existentes e para a promulgação de novas leis. Também estabelecem os procedimentos necessários para a aplicação das leis em casos específicos, o devido processo legal. Instituem os tribunais. Portanto, têm a intenção de evitar uma situação em que os indivíduos fiquem à mercê dos governantes. (p. 180)

A descrição acima transcrita nos alude ao Estado Democrático de Direito, que impõe limites aos governantes para que a liberdade dos indivíduos sob este regime seja preservada. Quando os expoentes do Estado de Bem Estar Social fazem sua apologia, ignoram – conscientemente ou não – que o regime que defendem tem viés antidemocrático e totalitário, na medida em que os governantes farão apenas o que eles próprios acham benéfico para a sociedade, ignorando a vontade dos indivíduos:

Nenhuma “folha de papel” deve criar empecilhos para que um governante esclarecido promova o bem-estar geral. Todos os adversários têm de ser esmagados sem piedade para que não frustrem a ação benéfica do governo. (...) Cada defensor do Estado de Bem-estar Social é um ditador em potencial. (p. 181-182)

No sétimo e oitavo capítulo, por sua vez, o autor trata do Nazismo e do Fascismo, identificando em cada um desses regimes as características que denotam o seu viés intervencionista e, em última análise, socialista: “é importante perceber que o fascismo e o nazismo foram ditaduras socialistas” (p. 186).

Uma das principais características que une os regimes fascista e nazista é a violência contra todos os dissidentes, ressalta Mises, o que nos lembra muito o comportamento do regime ditatorial de Nicolás Maduro, na Venezuela, declaradamente socialista, assim como a experiência de todos os demais países que buscaram implantar o comunismo e fracassaram.

Já no nono capítulo, Mises faz clara referência à Praxeologia - a ciência da ação humana - detalhada na obra prima do mesmo autor<sup>2</sup>. Isso por que o intervencionismo característico de todos os regimes totalitários do século XX sempre termina em caos generalizado

---

2 O livro [Ação Humana \(2010\)](#).

por desconsiderar que as ciências sociais lidam com experiências “de fenômeno complexo, dos efeitos conjuntos provocada pela cooperação de uma multiplicidade de elementos” (p. 211).

Apesar da fracassada experiência soviética, muitos ainda defendem o modelo intervencionista, escorando-se na esperança de que todas as tentativas anteriores de implantação do socialismo não deram certo por terem deturpado a ideologia no “meio do caminho”. Mises escreve que “a conclusão de tudo isso é que se deve implantar o socialismo e aguardar quietos durante muito tempo até que cheguem os benefícios prometidos” (p. 215), e completa: “É verdade que os defensores do socialismo estão decididos a interpretar o baixo nível do padrão de vida russo de maneira diferente. Da forma como veem as coisas, não foi causado pelo socialismo, mas foi – a despeito do socialismo – causado por outros agentes” (p. 218).

O último capítulo, assim como os demais, é claro, objetivo e didático, dando as cartas ao leitor que permaneceu atento ao longo das páginas anteriores e já conseguiu perceber que toda e qualquer intervenção, por mínima que seja, resulta em caos e pobreza generalizada. O socialismo, sob essa perspectiva, é a receita para o caos.

Contudo, na conclusão do livro, Mises faz uma forte crítica aos opositores do socialismo que se contentam em criticar “apenas algumas características acidentais de seus métodos” (p. 225). Esse tipo de oposição, por vezes, mostra-se um endosso aos regimes totalitários como o fascismo e o nazismo: “A propaganda socialista nunca se deparou com uma oposição resoluta. A crítica devastadora por meio da qual os economistas exploraram a futilidade e a impraticabilidade dos regimes e doutrinas socialistas não atingiu os formadores de opinião pública” (p. 226).

Mises faz um diagnóstico que permanece atual em nossos dias, qual seja, o de que o socialismo ainda tem adeptos e defensores ferrenhos pela propaganda que a elite intelectual comunista faz: “os intelectuais, e não a população, formam a opinião pública” (p. 227).

Sendo assim, se toda a organização propagandística do socialismo está escorada em ideias, não é errado dizer que somente ideias poderão enfrentar, à altura, as falácias do sistema intervencionista (já que os fracassos testemunhados pela História não foram suficientes para extirpar essas abstrações): “Não são as ‘forças produtivas materiais’ e sim a razão e as ideias que determinam o curso dos assuntos humanos. O que é necessário para estacar a tendência em direção ao socialismo e ao despotismo são bom senso e coragem moral” (p. 228).

Por fim, peço escusas aos leitores para fazer empréstimo das palavras de Ludwig von Mises em outro de seus livros, chamado “As seis lições”, no qual o autor convoca o seu interlocutor para cumprir um dever moral:

Tudo o que ocorre na sociedade de nossos dias é fruto de ideias, sejam elas boas, sejam elas más. Faz-se necessário combater as más ideias. Devemos lutar contra tudo o que não é bom na vida pública. Devemos substituir as ideias errôneas por outras melhores, devemos refutar as doutrinas que promovem a violência sindical. É nosso dever lutar contra o confisco da propriedade, o controle de preços, a inflação e contra tantos outros males que nos assolam. Ideias, e somente ideias, podem iluminar a escuridão. As boas ideias devem ser levadas às pessoas de tal modo que elas se convençam de essas ideias são as corretas, e saibam quais são as errôneas ([MISES, 2009, p. 101](#)).

Se você, prezado leitor, deseja fazer parte dessa batalha pela disseminação das boas ideias, a leitura da obra *Caos planejado* é imprescindível. Nela, as raízes do socialismo, outrora profundas, são trazidas à lume, demonstrando que todas as ditaduras do século XX estão fundamentadas nas mesmas ideias intervencionistas, em maior ou menor grau. Resta saber se teremos bom senso e coragem moral suficientes para enfrentar esse mal tão eminente em nosso país.

## REFERÊNCIAS

[MISES, Ludwig von.](#) **Ação Humana**: um tratado de economia. Instituto Ludwig Von Mises Brasil: São Paulo, 2010.

[MISES, Ludwig von.](#) **As Seis Lições**. Tradução de Maria Luiza Borges – 7ª edição. Instituto Ludwig Von Mises Brasil: São Paulo, 2009.